

Decisões do STJ ajudam governo Lula em pautas difíceis



O ministro do STF Flávio Dino cumprimenta Lula (PT) em cerimônia em Brasília. Pedro Ladeira - 22.fev.24/Folhapress

Decisões de Dino no Supremo ajudam governo Lula a se livrar de dificuldades políticas

Ministro indicado por presidente bloqueou pagamento de emendas parlamentares e aliviou meta fiscal no caso da onda de incêndios

José Marques

BRASÍLIA O ministro Flávio Dino deu decisões e firmou acordos no âmbito do STF (Supremo Tribunal Federal) que facilitaram a gestão Lula (PT) no governo federal.

As determinações de Dino ocorreram em processos herdados na corte da ministra aposentada Rosa Weber e do ministro André Mendonça.

Dino, que é ex-ministro da Justiça e Segurança Pública de Lula, tomou posse como integrante do Supremo em fevereiro, após ser indicado pelo petista.

Com experiência de gestão no Executivo, ele foi o primeiro ex-governador a ser apontado para uma cadeira no STF desde a promulgação da Constituição de 1988. Dino governou o estado do Maranhão.

Desde que chegou ao tribunal, suas atuações mais expressivas foram concentradas nas emendas parlamentares e na emergência climática, sobre os quais deu decisões em consonância com as necessidades do governo.

Dino tem dito a interlocutores que esses processos não são relacionados apenas a uma questão de governo, mas de país. Também tem afirmado que os problemas das emendas e do meio ambiente ultrapassaram o âmbito do governo Jair Bolsonaro (PL) e chegaram ao governo Lula.

Procurado por meio da assessoria do STF, Dino não respondeu.

Os processos que tratavam das emendas foram herdados por Dino após Rosa Weber se aposentar em setembro do ano passado, pouco antes de completar 75 anos.

Como presidente do Supremo, Rosa comandou em 2022 a derrubada das emendas de relator, usa-

da para barganhas entre o Congresso e o governo Bolsonaro.

Quando chegou às mãos de Dino, os processos já questionavam outras modalidades de emendas que também eram usadas sem transparência por parlamentares durante a gestão Lula.

A partir de agosto, Dino tomou decisões suspendendo as transferências. Os bloqueios atingiram R\$ 17,5 bilhões em emendas.

Na época, Lula reclamava que o Congresso tinha sequestrado parte do Orçamento. A reunião que selou o acordo foi marcada pelo tom de insatisfação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP AL).

No fim, o governo Lula viu contempladas algumas das suas demandas na negociação e conseguiu redirecionar parte dos recursos nas mãos dos parlamentares para seus projetos.

Dino só liberou o pagamento das verbas em novembro, o que, em tempos de pressão por corte de gastos, resultou em um alívio nas contas. Essa liberação veio acompanhada de exigências de transparência — o que foi interpretado por parlamentares como uma afronta às competências do Legislativo e um descumprimento do acordo feito anteriormente.

“Está num momento de muita turbulência interna por causa desses acontecimentos. Você não deve ver nunca um tribunal legislativo”, reclamou Lira na ocasião.

A insatisfação do Congresso chegou a ameaçar o andamento do pacote de corte de gastos do ministro Fernando Haddad (Fazenda), mas o governo conseguiu desatar o nó. O Executivo indicou aos parlamentares a liberação de R\$ 7,8 bilhões em emendas e foi ao STF para pedir reconsideração das exigências de Dino.

Desde o início do debate, depu-

tados veem as movimentações de Dino como alinhadas aos interesses do governo.

Já no caso dos desastres climáticos, Dino se tornou o relator após Mendonça preferir abdicar da relatoria ao ser derrotado parcialmente em um julgamento sobre o tema no plenário. O gesto de Mendonça surpreendeu ministros do próprio Supremo.

Nas mãos de Dino, essa ação se tornou um guarda-chuva para decisões a respeito de questões ligadas ao clima.

O ministro foi presidente do consórcio da Amazônia Legal quando era governador. Ele tem manifestado preocupação com a seca, quando os ribeirinhos ficam sem acesso a recursos por usarem os rios como transporte.

Nesse tipo de processo, chamado de “estrutural”, podem ser usadas as chamadas “decisões em cascata”, que visam concretizar um objetivo final. No caso, mitigar essas urgências.

O ministro criou uma mesa de conciliação entre a União, os estados e o Ministério Público para tratar da emergência climática.

Em meados de setembro, enquanto a fumaça de incêndios atingia parte do país, o ministro autorizou o governo a emitir créditos extraordinários fora da meta fiscal para o combate ao fogo no Pantanal e na Amazônia.

Também flexibilizou uma regra para a contratação e manutenção de brigadistas.

Em abertura de reunião de conciliação poucos dias depois, Dino justificou a decisão de conceder crédito extraordinário. “Só existe responsabilidade fiscal verdadeira com responsabilidade ambiental. O resto é hipocrisia”, disse na ocasião.

Colaborou João Gabriel, de Brasília

